arrendamento do passal de que se trata, salvo qualquer acôrdo entre a cessionária e o actual arrendatário, no sentido de que antes a cessionária tome conta do terreno cedido.

Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 28 de Abril de 1915.—*Manuel de Arriaga*—*Guilherme Alves Moreira*.

DECRETO n.º 1:544

Sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos, e conformando-me com o parecer da Comissão Central de execução do decreto com força de lei, de 20 de Abril de 1911: hei por bem, deferindo a representação de habitantes da freguesia de Mouriscas, concelho de Abrantes, distrito de Santarém, conceder a necessária autorização para se realizarem as obras de reparação da igreja paroquial de S. Silvestre das Mouriscas, que serão custeadas pela comissão de cidadãos, que assinam o termo de responsabilidade, junto ao processo, e executadas sob a fiscalização da respectiva comissão concelhia de administração de bens do Estado, sem direito a qualquer indemnização.

Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 28 de Abril de 1915.—*Manuel de Arriaga*—*Guilherme Alves Moreira*.

MINISTÉRIO DA MARINHA
6.ª Repartição da Direcção Geral
da Contabilidade Pública

DECRETO n.º 1:545

Tendo vários navios de guerra, em virtude da conflagração europeia e dos factos ocorridos nas colónias nos

primeiros nove meses da actual gerência, desempenhado comissões de serviço, diversas das que se achavam designadas no mapa do armamento naval, documento pelo qual se calcularam as despesas de subsídios de embarque e material a realizar durante o ano económico, e verificando-se que, devido não só às alterações havidas nas referidas comissões de serviço, mas ainda ao encarecimento do custo dos artigos de material, as verbas que estão descritas nos artigos 7.º e 9.º do orçamento em vigor são insuficientes para satisfazer os subsídios de embarque a vencer até 30 de Junho próximo, e bem assim para aquisição de material indispensável até a mesma data: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros e ao abrigo da lei n.º 275, de 8 de Agosto de 1914, sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que seja aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, um crédito extraordinário da quantia de 55.000\$, com aplicação às citadas despesas, devendo essa importância reforçar respectivamente com as quantias de 15.000\$ e 40.000\$ as epígrafes dos artigos 7.º e 9.º do capítulo 3.º da tabela da despesa de marinha.

O presente decreto será registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, e anotado no Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

Dado nos Paços do Governo da República em 12, e publicado em 28 de Abril de 1915.—*Manuel de Arriaga*—*Joaquim Pereira Pimenta de Castro*—*Pedro Gomes Teixeira*—*Guilherme Alves Moreira*—*José Jerónimo Rodrigues Monteiro*—*José Joaquim Xavier de Brito*—*Teófilo José da Trindade*—*José Nunes da Ponte*—*José Maria Teixeira Guimarães*—*Manuel Gouart de Medeiros*.